



FAIRTRADE
INTERNACIONAL

Nota sobre a interpretação do Critério de Comércio Justo para Frutas Frescas, em TBT

Data	18 de agosto de 2023
Requisitos da norma em questão	<p>3.1.3 NOVO 2021* Prêmio Fairtrade</p> <p>Aplica-se a: Empresas de banana</p> <p>Básico Enquanto houver uma lacuna entre a Referência de Salário de Bem Estar e o menor salário líquido em dinheiro recebido pelos trabalhadores, até 30 por cento do Prêmio Fairtrade é distribuído equitativamente entre todos os trabalhadores de acordo com o tempo trabalhado, como um Bônus Fairtrade. Este valor pode ser adicionado ao requisito 2.1.20 do Critério de Comercio Justo Fairtrade para Trabalho Contratado já existente para desembolsar 20 por cento do Prêmio Fairtrade se os trabalhadores assim escolherem.</p> <p>Ano 0 Os pagamentos são feitos em dinheiro. Vouchers de prêmio, de valor igual aos desembolsos em dinheiro, podem ser desembolsados nas origens em que o pagamento em dinheiro não seja uma opção vantajosa. Sua empresa demonstra a transparência e precisão dos pagamentos feitos pelo Comitê do Prêmio Fairtrade de acordo com as regras descritas neste requisito.</p> <p>Sua empresa garante que nenhuma remuneração seja agravada / reduzida após a introdução deste requisito, exceto quando formalmente acordado com representantes eleitos dos trabalhadores que têm o direito de negociar.</p> <p>Orientação: Apenas o Prêmio Fairtrade gerado a partir de vendas de 2021 em diante é considerado.</p> <p>Se a lacuna entre os salários mais baixos e a Referência de Salário de Bem Estar pode ser superada usando menos de 30 por cento do Prêmio Fairtrade, a porcentagem para pagamento obrigatório deve ser reduzida de acordo.</p> <p>Este requisito e a opção de desembolsar 20% dos fundos do Prêmio em dinheiro (requisito 2.1.20 do Critério de Comercio Justo Fairtrade para Trabalho Contratado) significam que os trabalhadores podem desembolsar até 50% do Prêmio em dinheiro, se assim escolherem.</p> <p>Os vouchers de prêmio podem ser desembolsados nos casos em que o desembolso em dinheiro não é uma opção vantajosa - por exemplo, quando o desembolso do Prêmio em dinheiro pode resultar em pagamentos de impostos significativos. Os vouchers de prêmio podem ser usados para necessidades essenciais que contribuem para um sustento decente, como: construção ou reforma de casas, taxas de educação e itens domésticos regulares. A natureza e a frequência dos desembolsos devem ser consultadas com os sindicatos locais ou, na sua ausência, com outros representantes eleitos dos trabalhadores, para garantir que a negociação coletiva não seja prejudicada.</p> <p>Os vouchers de prêmio não podem ser usados para bens ou serviços que as empresas são obrigadas a fornecer por lei, pelos Critérios Fairtrade ou por acordos de negociação coletiva, ou para aqueles normalmente fornecidos pela empresa. Os vouchers de prêmio não podem ser usados para vistos ou autorizações de trabalho para trabalhadores migrantes; roupas ou equipamentos de trabalho; dormitórios ou moradia compartilhada para trabalhadores sazonais; água potável; terreno para horta; contribuições de caridade para a comunidade que não vão exclusivamente para os trabalhadores; contribuições dos empregadores para a previdência social e licença para férias; licença médica ou licença maternidade; e outras despesas não estatutárias fornecidas continuamente, como refeições de trabalho e transporte de e para o trabalho, creche, etc.</p>
Interpretação	<p>A intenção do requisito:</p> <p>Esse requisito tem como objetivo fechar a lacuna entre o salário real recebido pelos trabalhadores das plantações de banana e o salário de referência do Living Wage. O requisito deve ser aplicado se o salário de pelo menos um trabalhador estiver abaixo do Salário de Bem-Estar, caso em que até um máximo de 30% do Prêmio do Comércio Justo deve ser pago em dinheiro igualmente entre todos os trabalhadores abaixo do Salário de Bem-Estar e com base no tempo trabalhado para ajudar a fechar a lacuna do Salário de Bem-Estar.</p> <p>Declaração do problema:</p>



FAIRTRADE
INTERNATIONAL

Nas plantações de banana, dependendo do país, pode haver uma ampla gama de salários entre os trabalhadores, com um grupo de trabalhadores já ganhando acima do Salário Mínimo de Vida, mas também há trabalhadores que ganham abaixo do Salário Mínimo de Vida. De acordo com os requisitos, o Prêmio do Comércio Justo deve ser distribuído igualmente entre todos os trabalhadores para apoiar os trabalhadores e suas famílias na abordagem dos meios de subsistência da família. Em alguns países, a distribuição do prêmio em dinheiro exigirá um pagamento significativo de impostos. Além disso, ao distribuir o pagamento por toda a força de trabalho em vez de se concentrar nos trabalhadores que não ganham um salário digno, o impacto individual do pagamento seria diminuído. Essas circunstâncias exigiriam mais Prêmio para preencher a lacuna do Salário de Bem-Estar para os trabalhadores com salários mais baixos. No entanto, beneficiar apenas parte da força de trabalho com o pagamento em dinheiro do Prêmio poderia causar algumas tensões, quando os trabalhadores que ganham mais do que um Salário de Bem-Estar estivessem insatisfeitos, ao mesmo tempo em que disponibilizaria mais recursos para investimentos coletivos decididos pelos trabalhadores na Assembleia Geral.

Interpretação do requisito

Para resolver essa situação, e para garantir que as plantações possam contribuir significativamente para fechar ou reduzir a lacuna entre o Salário de Referência de Vida e o menor salário líquido em dinheiro recebido pelos trabalhadores, de acordo com a intenção do requisito, a unidade de critérios emitiu uma interpretação sobre como o desembolso equitativo deve ser entendido no contexto deste requisito. O Critério para Trabalho Contratado 2.1.20 sobre "Distribuição opcional do Prêmio do Comércio Justo aos trabalhadores" explica mais detalhadamente na orientação para esse requisito que a distribuição equitativa significa que qualquer distribuição de dinheiro deve ser feita pelo menos de acordo com o tempo trabalhado e com base na necessidade, apoiando aqueles com menos segurança (financeira) e maior necessidade. O requisito também prescreve a consulta a sindicatos/representantes dos trabalhadores. Seguindo essa orientação, "equitativo" no contexto do requisito 3.1.3 dos Critérios de Comércio Justo para Frutas Frescas significa que até um máximo de 30% do Prêmio de Comércio Justo deve ser distribuído da seguinte forma:

- Enquanto houver uma diferença entre o Salário de Bem-Estar e o salário mais baixo, até um máximo de 30% do Prêmio é distribuído igualmente em dinheiro a todos os trabalhadores que não estão ganhando um Salário de Bem-Estar com base no tempo trabalhado até o nível do Salário de Bem-Estar de Referência.

O Critério para Trabalho Contratado 2.1.20 relativo a uma distribuição opcional de 20 por cento do Prêmio do Comércio Justo difere do Critério 3.1.3 no sentido de que a "distribuição opcional" pode beneficiar todos os trabalhadores independentemente dos salários recebidos, ou pode beneficiar os trabalhadores com rendas mais baixas. O mecanismo de distribuição será decidido pelos trabalhadores na Assembleia Geral. O Padrão de Frutas Frescas para OTTs 3.1.3 "distribuição obrigatória" de até 30% do Prêmio para os trabalhadores que ganham abaixo do Salário Digno para reduzir ou fechar as lacunas existentes.

O termo "até 30 por cento" significa que o valor desembolsado aos trabalhadores deve ser limitado à diferença do salário mínimo do trabalhador com o menor salário. O termo "equitativamente" significa que os trabalhadores recebem a mesma quantia de moeda com base em seu tempo de trabalho. Essa



FAIRTRADE
INTERNATIONAL

	interpretação garante que a intenção do requisito seja atendida. Essa interpretação entrará em vigor em 1º de janeiro de 2024.
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------